



Nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das companhias brasileiras do segmento de energia elétrica listadas na B3.

Ana Karoline Ventura

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
anakventura@gmail.com

Juliane Pacheco

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
pac.juliane@gmail.com

Suliani Rover

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
sulianirover@gmail.com

Resumo

Uma das vantagens da adoção das normas internacionais de contabilidade é a possibilidade de fazer comparações entre diversas empresas. Com isso, o objetivo do estudo consiste em verificar o nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das empresas do segmento elétrico que estão listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Para tanto, foram analisados critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis divulgados no balanço patrimonial e nas notas explicativas. Para fins de análises, as empresas foram divididas conforme suas atividades principais: geração; transmissão; distribuição e geração; e transmissão e distribuição. A pesquisa foi realizada com uma amostra de 43 empresas no período de 2013 a 2016. Quanto aos itens analisados nos documentos, investigou-se um item de reconhecimento, três de mensuração e cinco itens principais de evidenciação. Para as análises foram utilizadas estatísticas descritivas e, com o intuito de verificar a comparabilidade, o índice de *Herfindahl* (H). Os resultados apontaram que os valores contabilizados no intangível são discrepantes, e todas possuíam concessões. Quando à comparabilidade, o índice H para o método de avaliação dos intangíveis foi em torno de 0,50 nos anos analisados, indicando que ao escolher duas empresas aleatoriamente a probabilidade de adotarem o mesmo método é de 50%. Já para o teste de recuperabilidade, se mostrou superior a 0,50 em todos os anos, sendo que em 2013 atingiu 0,646. Assim, conclui-se que as empresas analisadas apresentaram índices que indicam comparabilidade mediana no período investigado, indicando que não há uma padronização nas escolhas contábeis aplicadas pelas empresas.

Palavras-chave: Comparabilidade. Ativo intangível. Energia Elétrica.

ISSN: 1984-6266

Recebimento:

12/03/2018

Aprovação:

24/04/2019

Editor responsável pela aprovação do artigo:

Dr. Flaviano Costa

Editor responsável pela edição do artigo:

Dr. Flaviano Costa

Avaliado pelo sistema:

Double Blind Review

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTABILIDADE
MESTRADO E DOUTORADO

DOI:

<http://dx.doi.org/10.5380/rc&c.v10i2.58369>

LEVEL OF COMPARABILITY OF INTANGIBLE ASSETS OF BRAZILIAN COMPANIES OF THE ELECTRICITY SEGMENT LISTED ON B3

ABSTRACT

One of the advantages of adopting international accounting standards is the possibility of comparisons between different companies. Therefore, the aim of the study is to verify the level of comparability of intangible assets of companies in the electric segment that are listed on the B3. For this purpose, criteria for recognition, measurement and disclosure of intangible assets disclosed in the balance sheet and in the notes to the financial statements were analyzed. For analysis purposes, the companies were divided according to their main activities: generation; streaming; distribution and generation; and transmission and distribution. The research was carried out with a sample of 43 companies from 2013 to 2016. Regarding the items analyzed in the documents, an item of recognition, three measurement items and five main items of evidence were investigated. For the analyzes, descriptive statistics were used and, to verify the comparability, the Herfindahl index (H). The results indicated that the amounts recorded in intangible assets were discrepant, and all had concessions. When comparing, the H index for the method of valuation of intangibles was around 0.50 in the analyzed years, indicating that when choosing two companies randomly the probability of adopting the same method is 50%. For the recoverability test, it was higher than 0.50 in all years, and in 2013 it reached 0.646. Thus, it can be concluded that the companies analyzed presented indices that indicate a median comparability in the period investigated, indicating that there is no standardization in the accounting choices applied by the companies.

Keywords: Comparability. Intangible assets. Electricity.

1 Introdução

Adesão das normas internacionais de contabilidade tem algumas vantagens, entre elas pode-se destacar a maior transparência das informações de diversas empresas e setores, harmonização das informações contábeis, assim possibilitando comparações entre diferentes empresas, inclusive de países diferentes (Tavares, Gonçalves & Niyama, 2010). Para Franco, Kothari e Verdi (2011) a possibilidade de comparabilidade é importante para pesquisadores, acadêmicos, investidores e empresários, pois com a possibilidade de comparabilidade as informações são mais refinadas e com maior qualidade.

Para Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011), existem diversas razões para que haja diferentes sistemas contábeis entre os países, como ambiente social, econômico, legal e políticos. O sistema contábil que é adotado em um país é reflexo desses fatores. Cada país foi moldando os seus sistemas de acordo com as necessidades específicas da sociedade (Carmo, Ribeiro & Carvalho, 2011).

Segundo o documento emitido pela IFRS em 2017 existem 140 países que assumiram o uso das normas internacionais, sendo que em 126 é uma exigência para as empresas de capital aberto. No Brasil o processo de convergência se tornou obrigatório em 2010, isto foi possível após as normas internacionais serem criadas, lançadas para que então fosse iniciado um processo de convergência (Coelho, Campagnoni & Rover, 2016).

Para regularização da divulgação dos ativos intangíveis, seu reconhecimento, e mensuração, tem-se internacionalmente a norma *International Accounting Standards* (IAS 38), que teve sua última atualização em maio de 2014. No Brasil, em 2010, foi publicado o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 04 – Ativo Intangível (CPC 04 R1), que define como deve ser o tratamento dos ativos intangíveis, estabelece os critérios de reconhecimento, explica como mensurar e quais são as divulgações específicas dos ativos intangíveis. Além disso, em 2011 foi aprovada e divulgada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) -

Contratos de Concessão, correlata as normas internacionais *International Financial Reporting Interpretations Committee 12* (IFRIC 12), na qual modificou a maneira de contabilizar os contratos de concessão, assim como as receitas proveniente deles.

O ICPC 01 R1 (2011) segrega os valores reconhecidos no ativo financeiro e intangível. O ativo financeiro é reconhecido a partir do momento que o concessionário tem o direito de receber caixa ou outros ativos financeiros, geralmente o contrato é executável por lei. Já o reconhecimento do ativo intangível ocorre conforme o direito de cobrar os usuários do serviço, porém não os valores são condicionados à utilização do serviço público, não gerando direito incondicional de receber caixa (Ferreira, Carmo, Moura & Ribeiro, 2017).

De acordo com o CPC 04 R1(2010, p.6), “ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”, e para Kohler (1957) são ativos sem existência física cujo valor se limita pelo benefício e direito que sua posse confere ao proprietário.

Segundo Høegh-Krohn e Knivsflå (2000), o grande problema entorno dos ativos intangíveis é que eles podem ser de difícil identificação de seus benefícios econômicos futuros, o que pode gerar dificuldade entre as empresas evidenciarem esse tipo de ativo em seu balanço patrimonial.

Devido à característica do setor de utilidade pública de possuir intangíveis, visto que a principal atividade envolve contratos de concessões, principalmente no segmento de energia elétrica com a atividade de distribuição, além de representar uma parcela relevante das empresas de capital aberto do mercado brasileiro, este estudo tem como enfoque as companhias pertencentes a este subsetor. Diante disso, questiona-se como o segmento de energia elétrica trata seus ativos intangíveis, levantando a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das companhias brasileiras do segmento de energia elétrica listadas na B3 no período de 2013 a 2016?

O principal objetivo desta pesquisa é verificar o nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das empresas do segmento elétrico que estão listadas na B3 no período de 2013 a 2016. Foi escolhido este subsetor da economia brasileira por ser um segmento com uma grande expressividade na bolsa de valores e na economia brasileira, sendo o segundo maior na B3, com 60 empresas em 2017. A comparabilidade é o enfoque da pesquisa por sua importância para a contabilidade. O foco são os ativos intangíveis por estarem cada vez mais presentes no cotidiano das empresas, principalmente após 2010.

2 Referencial Teórico

2.1 Ativos intangíveis

Os ativos são recursos controlados por uma entidade que geram benefícios presentes ou futuros. Esses ativos devem ter algumas características para serem reconhecidos, como serem relevantes; mensuráveis e terem valor preciso, conforme o CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1, 2011).

Esse ativo pode ter recurso físico ou não, desde que estejam em controle da entidade e que ela o utilize nos produtos e serviços destinados aos clientes, de forma que produzam benefícios econômicos futuros (Perez & Famá, 2006). Quando esse recurso não é físico, é classificado como intangível.

O grupo de ativo intangível foi incluído no balanço patrimonial após a alteração na lei nº 6.404 (1976), feitas pelas Leis n. 11.638 (2007) e 11.941 (2009). Esse grupo já era uma exigência para as companhias abertas, devido a uma deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O ativo intangível foi enquadrado no grupo de ativos não circulantes. A Lei nº 6.404 (1976) em seu artigo 179 inciso VI determina que seja classificado no intangível “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.

Para geração de valor de uma empresa os recursos intangíveis são essenciais, inclusive dependendo do setor e segmento pode haver intangíveis específicos que ajudem na valorização (Colauto, Nascimento, Avelino & Bispo, 2009). Por exemplo, as marcas para empresas do consumo não cíclico, e as pesquisas e desenvolvimento em empresas farmacêuticas (Kayo, Kimura, Martin, & Nakamura, 2006).

O ativo intangível de uma empresa não necessariamente é o valor expresso no balanço patrimonial, visto que para sua ativação o bem precisa obedecer aos critérios citados anteriormente, e caso o bem seja gerado internamente precisa cumprir os critérios de desenvolvimento do CPC 04 R1 (2010), como por exemplo, a viabilidade técnica e intenção de concluir para usar ou vender o ativo intangível e a mensuração dos gastos atribuíveis devem ser de maneira confiável. Conforme o estudo de Santos (2015) esses intangíveis não evidenciados bem como a representatividade do intangível podem influenciar no valor de mercado das companhias.

Em 2011 houve a mudança da contabilização das concessões, conforme publicação do ICPC 01 R1 (2011), de modo que empresas que exploravam serviços públicos, por exemplo, exploração de rodovias e energia elétrica, modificaram a estrutura do seu ativo financeiro, imobilizado e intangível. Como exposto pelo estudo de caso na empresa Light Serviços de Eletricidade S.A., visto que quando houve a adoção da ICPC 01 evidenciou a redução do imobilizado a zero e aumento dos ativos financeiros e intangíveis (Scalzer, 2013).

Sendo o intangível, contratos de concessão, que conforme Kloeppel, Klann e Zittei (2013) são direitos contratuais na qual são concedidos a terceiros com intuito de exploração dos recursos naturais e públicos.

O setor de utilidade pública possui empresas que exploram os recursos naturais e públicos, as energias elétricas, visto que o governo concede a empresas privadas a responsabilidade de prestar um serviço público (Ferreira *et al.*, 2017). Deste modo, o intangível dessas companhias é composto basicamente por concessões, e estudar a comparabilidade dessas empresas é importante para verificar como está a transparência, de maneira a aumentar a confiabilidade do investidor (Kloeppel *et al.*, 2013).

2.2 Comparabilidade

Para Franco *et al.* (2011) duas empresas têm sistemas contábeis comparáveis, se produzirem demonstrações contábeis e financeiras semelhantes. Para que as informações acerca de determinado evento contábil possam ser comparadas, elas precisam ter bases semelhantes, os usuários das demonstrações necessitam e exigem cada vez mais qualidade de informações (Coelho *et al.*, 2016). Para Araújo, Souza e Lemes (2015), as demonstrações contábeis para serem comparáveis precisam independente do país, da empresa ou do ano que sejam elaboradas e tenham as mesmas bases normativas, sendo possível a comparabilidade entre elas.

O CPC 00 R1 (2011), que é o pronunciamento contábil básico, diz que os usuários devem conseguir comparar as demonstrações contábeis, tanto da mesma entidade ao longo do tempo, como de diferentes entidades, com o objetivo de encontrar tendências nas suas posições patrimoniais e financeiras, e acompanhar os desempenho e mudanças financeiras.

O CPC 00 R1 (2011) também traz que existem características qualitativas fundamentais: relevância e a representação fidedigna, e características qualitativas de melhorias: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Essas últimas tornam a informação contábil relevante. Com relação à comparabilidade o CPC 00 R1 (2011, p. 17) define como “a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens”.

Para o cálculo da comparabilidade existem alguns índices, por exemplo, o índice T, índice I, índice V, índice C que podem ser utilizados. Porém, optou-se por utilizar o índice de Herfindahl, conhecido como H, de

Van Der Tas (1988), o qual busca verificar a probabilidade de selecionar de forma aleatória as empresas de um mesmo país que utilizam o mesmo método contábil (Taplin, 2004). Além disso, é um índice que compara empresas nacionais, considera a não divulgação e o número de empresas pesquisadas (Cole, Branson & Breesch, 2008; Cole, Branson & Breesch 2009).

2.3 Estudos similares

Pesquisas sobre ativos intangíveis e sobre comparabilidade ajudaram a construir a fundamentação teórica desta pesquisa. A Figura 1 traz pesquisas similares ao do presente estudo.

Figura 1: Pesquisas similares

Autor (Ano)	Objetivo	Resultados
Doni, Taplin e Verona (2016)	Os autores forneceram um julgamento sobre a comparabilidade das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS e US-GAAP. Foi utilizado um índice T estruturado por 13 itens de comparabilidade em 250 empresas de cinco países (França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos da América).	As demonstrações financeiras das empresas europeias convergem fortemente para o "modelo de custos", com alto nível de comparabilidade nacional e aumenta ao ser incluído os Estados Unidos. Já em relação ao teste de <i>impairment</i> , a comparabilidade não foi alta, porém ao inserir os Estados Unidos não houve significância.
Souza e Lemes (2016)	Identificaram o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento (PPI) de companhias abertas do Brasil, Chile e Peru, além disso, também apuraram se determinadas características das entidades influenciam na escolha dos gestores pelo valor justo. A comparabilidade foi medida por meio do índice T e a identificação das variáveis explicativas foi feita por meio de regressões, no período 2009-2013.	Os resultados demonstraram que o ativo imobilizado aumentou a comparabilidade, já o ativo intangível não houve aumento considerável, enquanto o PPI não houve aumento. Concluindo que a IFRS não garantiu a comparabilidade. Por fim, quanto à escolha do gestor, algumas características influenciaram, como setor de atuação, país, remuneração dos gestores, tamanho, endividamento e rentabilidade.
Coelho <i>et al.</i> , (2016)	Verificaram o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração, avaliação e evidenciação dos estoques das empresas brasileiras do ramo varejista. Foi utilizado um checklist e o índice de T de harmonia, proposto por Tablin.	As empresas buscaram apresentar as demonstrações contábeis com maior padronização. Quanto à prática de mensuração, verificaram que cerca de 50% das empresas da amostra mensuraram seus estoques pelo valor realizável líquido, reconhecendo perdas estimadas no período de 2010 e 2015.
Souza, Botinha e Lemes (2016)	O estudo visou demonstrar aos usuários das DC's se elas são equiparáveis quanto a mensuração dos ativos intangíveis, entre as entidades de um mesmo país e de países diferentes. Foi utilizado um quadro de mensuração adaptado de Souza, Silva e Costa (2013), e após utilizado o índice de T (<i>T index</i>).	Foi identificado uma comparabilidade média entre os países estudados, e dentro de cada país o Brasil teve uma comparabilidade superior ao de Portugal.
Reina, Reina & Silva (2014)	A pesquisa teve como objetivo analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas com compõe o Índice Brasil 50 após a adoção das normas internacionais. Foi calculado a comparabilidade pelo índice T <i>index</i> .	O nível de comparabilidade médio para o CPC 16 Estoque foi de 0,34; CPC 27 Imobilizado 0,9; CPC 04 Intangíveis 0,92; e CPC 38 Instrumentos Financeiros, mantidos para venda 0,15, mensurados por meio do resultado 0,92; empréstimos e contas a receber 0,98; mantidos para venda 0,27; e derivativos 0,58.

Autor (Ano)	Objetivo	Resultados
Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012)	O objetivo do estudo foi apresentar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre os ativos intangíveis de empresas listadas no Ibovespa, no ano de 2010, observando os critérios do CPC 04. Foram analisados 17 quesitos e atribuídos notas para formar um <i>ranking</i> .	Observou-se que nenhuma das empresas estudadas cumprem integralmente o que estabelece a legislação em relação à divulgação de informações contábeis. A informação menos divulgada foi a de avaliação de vida útil dos ativos. Constatou-se que não houve relação entre o tamanho das empresas analisadas e o nível de evidenciação das informações.
Moura, Fank e Varela (2012)	O estudo buscou verificar quais itens compõem os ativos intangíveis evidenciados no balanço patrimonial das empresas de energia elétrica, participantes da BM&Fbovespa.	Concluíram que a evidenciação dos ativos intangíveis foi melhorando.
Eckert, Mecca, Biasio e Souza (2012)	O objetivo de identificar os possíveis impactos das alterações do <i>deemed cost</i> e do <i>impairment test</i> nas demonstrações contábeis das empresas de bens industriais gaúchas listadas na Bovespa. A comparabilidade foi feita através dos saldos contábeis de antes e depois das alterações nas demonstrações contábeis.	Os autores constataram que a adoção do <i>deemed cost</i> aumentou significativamente o ativo imobilizado, pela diferença entre o valor residual e o valor justo desses ativos. Constataram também que realização do <i>impairment test</i> não impactou os resultados. Por fim, concluem que houve alterações significativas na forma como a mensuração e reconhecimento dos ativos imobilizados foram divulgados nas demonstrações contábeis.
Tudor e Dragu (2010)	O artigo buscou estudar o impacto das IFRS na harmonização das práticas contábeis, medindo o grau em que diferentes empresas da Europa usam os mesmos métodos ao reportar seus ativos intangíveis. Foi utilizado o índice Herfindahl, a amostra foi composta por 51 empresas listadas de cinco países europeus.	Os resultados sugerem a influência das IFRS sobre práticas contábeis, pois há evidências de alto nível de harmonização para o reconhecimento de intangíveis, uma tendência à reconciliação para avaliação desses ativos, bem como práticas comuns em matéria de comprometimento.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observou-se nas pesquisas que as empresas estão padronizando suas demonstrações, com evolução ao decorrer dos anos, possibilitando uma melhor comparabilidade das informações tanto no Brasil, como em outros países. Com base nessas pesquisas, pode-se notar que a adoção das normas internacionais pode ter influenciado para que o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis melhorasse ao longo do tempo.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizada caracteriza-se como descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Para o estudo foram utilizadas as demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial, e Notas explicativas) obtidas por meio do site da B3. Foi analisado o período de 2013 a 2016 das companhias do segmento de energia elétrica de capital aberto. A amostra de pesquisa compreende 43 empresas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Amostra da pesquisa

Passos para seleção da amostra	Quantidade
Empresas do segmento elétrico da B3	60
(-) Eliminação (<i>holdings</i>)	-17
= Amostra da pesquisa	43

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das companhias brasileiras do segmento de energia elétrica listadas na B3.

Foram eliminadas 17 empresas por serem *holdings*, ou seja, sua principal atividade é participações em outras sociedades. As empresas eliminadas são: AesElpa S.A, Alupar investimentos S.A, Andrade e Gutierrez Concessões S.A, Bonaire participações S.A, Cemig, centrais elétricas do brasil S.A(Eletróbrás), Centrais elétricas de Santa Catarina S.A, Cia Celg de participações- CELGPARG, Cia Energética de Brasília, CPFL Energia S.A, Eletróbrás participações S.A (Eletrópar), Energisa S.A, Equatorial Energia S.A, Light S.A, Neoenergia S.A, Rede Energia S.A, Uptick Participações S.A.

Nas empresas de energia elétrica, suas atividades principais podem ser divididas entre: geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, conforme apresenta a Figura 2.

Figura 2: Lista de empresas analisadas de acordo com a atividade principal

Atividade Principal	Sigla	Razão Social
Geração	AES TIETE	Aes Tietê Energia S.A
	AFLUENTE	Afluente Geração De Energia Elétrica S.A
	CESP	Cia Energética De São Paulo
	CPFL RENOVAVEL	CPFL Energias Renováveis S.A
	CPFL GERAÇÃO	CPFL Geração de Energia S.A
	EMAE	Empresa Metrop. Aguas Energia S.A
	ENEVA	Eneva S.A
	ENGIE	Engie Brasil Energia S.A
	INVESTCO	Investco S.A
	ITAPEBI	Itapebi Geração De Energia S.A
	PROMAN	Produtores Energet.De Manso S.A.
	RENOVA	Renova Energia S.A
	PARANAPANEMA	Rio Paranapanema Energia S.A
	CELPE	Cia Energética de Pernambuco
TERMOPE	Termopernambuco S.A	
Transmissão	AFLUENTE T	Afluente Geração De Energia Elétrica S.A
	CACHOEIRA	Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A
	TRANS PAULIST	CTEEP Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista
	TAESA	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A
Distribuição	CELPA	Centrais Elétricas do Pará S.A.
	AMPLA	Ampla Energia E Serviços S.A.
	CEMIG DIST	Cemig Distribuição S.A
	COELBA	Cia Eletricidade Est. da Bahia
	COELCE	Cia Energética do Ceara
	CEMAR	Cia Energética do Maranhão
	COSERN	Cia Energética Do Rio Gde Norte
	CEED D	Cia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
	PAUL LUZ	Cia Paulista de Força e Luz
	CPFL PIRATIN	Cia Piratininga de Força e Luz
	ESCELSA	EDP Espírito Santo Distribuição De Energia S.A
	EBE	EDP São Paulo Distribuição De Energia S.A
	ELEKTRO	Elektro Redes S.A
	ELETROPAULO	Eletrópaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A
	ENERGISA MT	Energisa Mato Grosso – Dist de Energia S.A.
	ENERSUL	Energisa Mato Grosso Do Sul - Dist De Energia S.A.
	LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A
	AES SUL	Rge Sul Distribuidora de Energia S.A
	ENERGIAS BR	Edp - Energias do Brasil S.A
	RIO GRANDE ENERGIA	Rio Grande Energia S.A
Geração, Transmissão e Distribuição	CEEE GT	Cia Estadual de Geração e Transmissão Energia Elétrica
	STATKRAFT	Statkraft Energias Renováveis S.A
	CEMIG GT	Cemig Geração e Transmissão S.A
	COPEL	Cia Paranaense de Energia

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na B3 (2017).

Observa-se na Figura 2 que na amostra selecionada há 15 empresas que tem como atividade principal geração de energia, quatro de transmissão, 20 de distribuição, três de geração e transmissão e uma que desenvolve as três atividades (Cia Paranaense de Energia – COPEL). Aqui se tratou num mesmo grupo as empresas com duas ou três atividades. Estas duas últimas foram agregadas para fins de análises, visto que a COPEL era a única empresa que tem como atividade principal as três operações.

O presente estudo analisou as informações referentes ao reconhecimento, mensuração e evidenciação, conforme mostra a Figura 3, com base do CPC 04 R1 (2010).

Figura 3: Procedimentos para a verificação da comparabilidade conforme CPC 04 R1 (2010)

Fases	Procedimentos	Itens
Reconhecimento	Existência de ativo intangível	Identificar se possui ativo intangível
Mensuração	Método de avaliação	Método do Custo
		Método do Valor justo
	Teste de Recuperabilidade	Identificar se faz o teste Se sim, houve perda?
	Reavaliação dos ativos	No caso de ativos no exterior
Evidenciação	Ativos separados por classe	Softwares
		Licenças e concessões
		Marcas
		Patentes
		Pesquisa e desenvolvimento
		Propriedade intelectual
		Ágio
	Classificação da vida útil	Vida útil definida
		Vida útil indefinida
		Motivos para o intangível ser identificado como vida útil indefinida
	Amortização	Amortização: Métodos e taxas de amortização
		Amortização: Vida útil estimada
		Amortização: Valor residual
		Amortização reconhecida no período
		Amortização acumuladas/ perdas
Valor do intangível no início do período	O valor no início do período	
Valor do intangível ao final do período	O valor no final do período	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram analisados os itens que constam na Figura 3, através de notas explicativas. A análise foi realizada e separada em: reconhecimento, mensuração e evidenciação. No reconhecimento foi analisada a existência de ativo intangível e verificado o seu valor. Na mensuração, investigou-se qual é o método que as empresas registram seus ativos intangíveis (valor de custo ou valor justo), se realizam o teste de recuperabilidade, se informam se houve perda ou não, e se realizam reavaliação de ativos. No quesito evidenciação, foi verificado se havia separação dos ativos por classe, a classificação da vida útil, dados referentes a amortização (métodos e taxas, vida útil estimada, valor residual, valor reconhecido no período, valor acumulado) e também o valor no início e no final do período.

Para análises e para alcançar os resultados do estudo, foram usadas algumas estatísticas descritivas, tais como média, máximo, mínimo, desvio padrão. Para verificar a comparabilidade das companhias brasileiras, foi utilizado o índice H (índice de *Herfindahl*), que tem como fórmula:

$$H = \sum_{k=1}^M (P_i)^2$$

Em que: P_i : frequência relativa de empresas do país que utiliza o método contábil k ; e M : quantidade de métodos contábeis analisados.

O índice H pondera as frequências relativas de cada método contábil entre si, sendo a frequência relativa o quociente entre empresas optantes por determinado método e total de empresas. Seus valores variam entre 0 (zero) e 1 (um), na qual quanto mais próximo a um, maior a chance de escolher duas empresas aleatórias que utilizam o mesmo método.

Na presente pesquisa, a comparabilidade foi feita com a fase de mensuração, visto que os demais itens analisados na Figura 3 não se enquadram como uma escolha contábil.

4 Análise dos Resultados

4.1 Reconhecimento

Na Tabela 2, são demonstradas por ano quantas empresas possuem ativos intangíveis registradas em seus balanços patrimoniais.

Tabela 1: Distribuição das empresas por atividade

Atividade	2013	2014	2015	2016
Geração	12	12	13	13
Transmissão	2	3	2	2
Distribuição	20	19	19	19
Geração, transmissão e distribuição	4	3	4	4
TOTAL	38	37	38	38

Fonte: Elaborado pelos autores.

As empresas Proman, Renova, Afluent T e Cachoeira não apresentam em nenhum dos anos estudados ativo intangível. A empresa CESP não apresenta nos anos de 2013 e 2014 e a empresa Rio Grande Energia não apresentou nos anos de 2014, 2015 e 2016. A atividade com maior expressividade no segmento elétrico listado na B3 é da atividade de distribuição, que representa nos anos cerca de 50%.

4.2 Mensuração

A Tabela 3 demonstra as análises estatísticas descritivas do ativo intangível das empresas, por ano e por atividade. No ano de 2013 e 2014 a atividade que possui o maior ativo intangível é geração, já nos anos seguintes (2015 e 2016) é a de distribuição. Em todos os anos estudados, o menor valor de ativo intangível é apresentado por empresa de geração. Em relação a maior e menor média em todos os anos, tem-se aos segmentos de distribuição e transmissão, respectivamente.

Referente à análise de desvio padrão, verifica-se que para o ano de 2013 e 2014 os valores mais discrepantes são em relação à atividade de geração, para os anos de 2015 e 2016 as empresas que possuem as três atividades. Em todos os anos a menor discrepância é da atividade de transmissão.

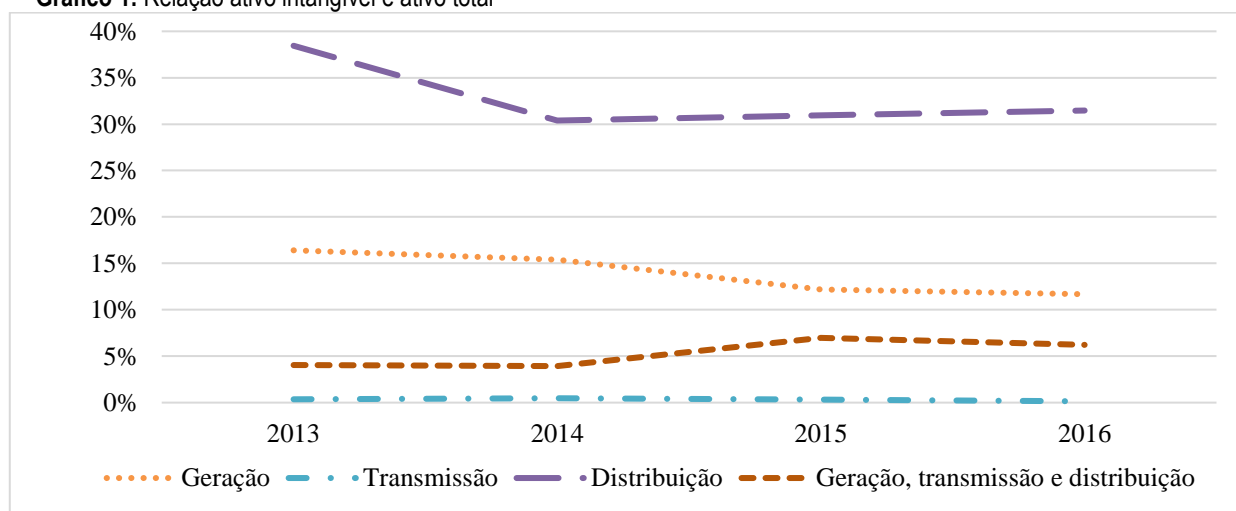
Tabela 3: Ativo intangível das empresas (em milhares de reais)

Atividade	Ano	Nº Empresas	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Geração	2016	12	869.606	23	3.171.799	1.289.233
	2015	12	840.550	23	3.394.429	1.321.176
	2014	11	1.469.852	23	6.663.157	2.221.785
	2013	12	1.317.949	72	7.478.425	2.269.714
Transmissão	2016	2	33.505	25.166	41.843	11.792
	2015	2	35.069	20.629	49.509	20.421
	2014	2	34.661	13.300	56.022	30.209
	2013	2	27.019	7.969	46.069	26.941
Distribuição	2016	19	2.671.180	785.681	8.977.637	2.269.408
	2015	19	2.288.477	715.504	8.413.168	1.865.435
	2014	19	1.729.760	101.543	5.045.454	1.233.827
	2013	20	1.972.698	109.128	5.722.928	1.307.664
Geração, transmissão e distribuição	2016	4	1.637.578	3.555	6.459.812	3.214.884
	2015	4	1.594.499	36.109	6.145.076	3.033.861
	2014	4	612.473	50.396	2.174.156	1.041.540
	2013	4	552.550	4.515	2.035.361	989.614
TOTAL	2016	37	1.832.568	23	8.977.637	2.192.847
	2015	37	1.622.049	23	8.413.168	1.902.181
	2014	36	1.432.028	23	6.663.157	1.588.463
	2013	38	1.514.036	72	7.478.425	1.683.667

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 1 apresenta a relação do ativo intangível pelo ativo total das empresas.

Gráfico 1: Relação ativo intangível e ativo total



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se pode observar no Gráfico 1, a atividade que possui uma maior proporção do ativo intangível com relação ao ativo total das empresas é a distribuição de energia, seguida pela geração. A atividade que o seu intangível em relação ao ativo total tem um nível de significância menor é a de transmissão, na qual nenhuma das empresas desta atividade possui 1% de representatividade. A queda da representatividade na atividade de Geração deu-se por conta da empresa AES Tietê que no ano de 2014 tinha 37,70% de ativos intangíveis em relação ao ativo total e no ano de 2015 passou a ter 1,62%. Isso ocorreu porque a empresa passou por uma reorganização societária e deixou de ter participações em outras sociedades.

4.3 Evidenciação

Conforme o primeiro procedimento de evidenciação foi analisado algumas classes de ativos intangíveis, sendo: *software*, licenças e concessões, marcas, patentes P&D (Pesquisa e desenvolvimentos), capital intelectual, ágio e outros. Na Tabela 4 está representada a média das porcentagens das classes de ativos intangíveis que as empresas possuem.

Tabela 4: Relação entre classes com ativo intangível

Atividade Principal	Ano	Softwares	Licenças e concessões	P&D	Ágio	Outros ativos intangíveis
Geração	2013	14,54%	79,83%	0,22%	0,64%	4,76%
	2014	5,77%	88,05%	5,02%	0,73%	0,42%
	2015	6,35%	85,60%	0,00%	2,47%	5,58%
	2016	6,69%	88,27%	0,00%	1,22%	3,82%
Transmissão	2013	30,81%	69,19%	0,00%	0,00%	0,00%
	2014	46,67%	53,33%	0,00%	0,00%	0,00%
	2015	45,75%	54,25%	0,00%	0,00%	0,00%
	2016	43,54%	56,46%	0,00%	0,00%	0,00%
Distribuição	2013	1,81%	97,12%	0,00%	1,05%	0,03%
	2014	4,13%	90,21%	0,00%	5,58%	0,07%
	2015	0,73%	93,52%	0,00%	5,67%	0,07%
	2016	1,08%	93,69%	0,00%	5,10%	0,12%
Geração, transmissão, distribuição	2013	25,05%	59,77%	3,67%	6,50%	5,01%
	2014	25,14%	60,07%	0,00%	8,79%	5,99%
	2015	25,00%	56,29%	0,00%	10,72%	7,98%
	2016	25,00%	64,10%	0,00%	1,73%	9,17%
ANÁLISE GERAL	2013	9,09%	84,68%	2,71%	1,50%	2,03%
	2014	8,46%	84,79%	1,52%	4,33%	0,89%
	2015	6,54%	85,84%	0,00%	4,99%	2,62%
	2016	6,63%	87,76%	0,00%	3,40%	2,21%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observou-se que marca, patente e capital intelectual não foram apresentadas no ativo intangível de nenhuma das empresas do estudo. No estudo existem empresas que possuem "outros ativos". Algumas dessas empresas colocam em notas o que compõe esses outros ativos, são itens como: transferência de material técnico, mão de obra ou capitalização de encargos, juros e capitalização de empréstimos.

Com as mudanças na legislação, as concessões se tornaram a classe com maior representatividade do intangível, conforme se pode observar na Tabela 4 em todos os anos e em todas as atividades. Inclusive para iniciar suas atividades, as empresas devem participar e vencer uma licitação e com isso ganhar uma

concessão para atuar por até 35 anos, conforme regras da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Segundo o artigo 65 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, diz que depende de concessão federal a exploração do serviço de energia elétrica quando a produção for maior que 150kw, e as empresas de transmissão e de distribuição quando comercializem energia. A segunda classe com maior relevância é os softwares.

Os resultados da Tabela 4 contrariam os achados de Santos (2015), visto que o ágio foi um dos itens mais evidenciados, estando em 67 das 100 empresas pesquisadas. Ressalta-se que Santos (2015) analisou as 100 maiores empresas da Revista Exame Melhores e Maiores de 2013, portanto abrangeu mais setores e segmentos que esta pesquisa. A Tabela 5 destaca por ano e por atividade que método que é realizado o registro dos ativos intangíveis nas empresas estudadas.

Tabela 5: Métodos de avaliação dos ativos

Atividade	Tipo de avaliação	2013	2014	2015	2016
Geração	Valor de Custo	9	8	9	9
	Valor Justo	1	1	1	1
	Ambos	2	2	2	2
	Não especifica	0	1	1	1
Transmissão	Valor de Custo	1	1	1	1
	Valor Justo	1	1	1	1
	Ambos	0	0	0	0
	Não especifica	0	0	0	0
Distribuição	Valor de Custo	14	14	14	14
	Valor Justo	4	4	4	4
	Ambos	2	2	2	2
	Não especifica	0	0	0	0
Geração, transmissão e distribuição	Valor de Custo	2	2	2	2
	Valor Justo	0	0	0	0
	Ambos	2	2	2	2
	Não especifica	0	0	0	0
TOTAL	Valor de Custo	26	25	26	26
	Valor Justo	6	6	6	6
	Ambos	6	6	6	6
	Não especifica	0	1	1	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 5 observar-se os métodos de avaliação dos ativos intangíveis, onde predomina o método de avaliação pelo valor de custo, seguido pelo valor justo com seis empresas e outras seis empresas avaliam seus ativos intangíveis pelos dois métodos.

Foi constatado também que nenhuma das empresas realizava a reavaliação de seus ativos, de modo que se encontram em consonância com a Lei nº. 11.638/07, que passou a proibir a reavaliação de ativos no Brasil. Na Tabela 6 encontra-se a mensuração das empresas que fazem o teste de recuperabilidade, também conhecido como *impairment test*.

Tabela 6: Teste de recuperabilidade

Atividade	Teste de Recuperabilidade	2013	2014	2015	2016
Geração	Realiza	7	5	7	6
	Não realiza	1	1	1	1
	Não informa	4	6	5	6
Transmissão	Realiza	1	1	1	1
	Não realiza	-	-	-	-
	Não informa	1	1	1	1
Distribuição	Realiza	18	16	14	15
	Não realiza	2	3	2	3
	Não informa	-	1	4	2
Geração, transmissão e distribuição	Realiza	4	4	4	4
	Não realiza	-	-	-	-
	Não informa	-	-	-	-
TOTAL	Realiza	30	26	26	26
	Não realiza	3	4	3	4
	Não informa	5	8	10	9

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 6 pode-se observar que, no geral, aumentaram as empresas que não informam se realizam o teste. Das empresas que possuem as três operações todas realizam teste nos quatro anos pesquisados. Seguido das empresas de transmissão com 90%, 80%, 70% e 75% das empresas evidenciando o teste em 2013, 2014, 2015 e 2016, respectivamente. Das empresas que fizeram o teste em todos os anos, nove não informaram se houve perda ou não.

Todas as empresas que possuem ativos intangíveis em suas demonstrações possuem ativos com vida útil definida, devido às concessões de exploração de energia. O segmento de energia elétrica ainda conta com a contabilidade regulatória, na qual precisa fazer as demonstrações contábeis sob orientação da ANEEL. Em relação aos contratos de concessão, a ANEEL orienta às empresas do segmento que qualquer valor residual que seja apurado nos ativos intangíveis decorrentes da concessão, deve ser transferido para uma conta de Ativo Financeiro, o que não ocorre pela contabilidade societária. A Tabela 7 traz informações referentes à existência de ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Tabela 7: Vida útil indefinida

Atividade	Existência de vida útil indefinida	2013	2014	2015	2017
Geração	Não possui	10	9	12	12
	Não específica	2	3	1	1
Transmissão	Não possui	0	0	0	0
	Não específica	2	2	2	2
Distribuição	Possui	1	1	1	1
	Não possui	17	16	16	16
	Não específica	2	2	2	2
Geração, transmissão e distribuição	Não possui	2	2	2	2
	Não específica	2	2	2	2
TOTAL	Possui	1	1	1	1
	Não possui	29	27	30	30
	Não específica	8	9	7	7

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 7, que mostra a existência de ativos intangíveis com vida útil indefinida, foi encontrada apenas a Cia Piratininga de Força e Luz uma empresa que especificava esse tipo de ativo.

O estudo analisou sobre amortização a evidenciação de métodos, taxas, vida útil estimada, valor residual, reconhecimento no período e amortização acumulada. Sobre métodos e taxas de amortização, foi observado ou que seguem taxas padrões da ANEEL, ou é calculado com base no padrão de consumo que terá até final da concessão. Em todos os anos estudados, duas empresas que tem como atividade principal a geração, não citaram em suas demonstrações contábeis os métodos ou taxas de amortização.

Todas as empresas, nos quatro anos estudados que possuem ativos intangíveis com vida útil definida, foram analisadas se informam seus ativos, qual a vida útil, e qual o valor residual. Uma empresa de geração, uma de transmissão e duas que são de geração, transmissão e distribuição, não informaram o valor residual e a vida útil estimada. As demais empresas que evidenciaram os ativos de vida útil definida, a vida é definida pelo tempo de concessão que a empresa resta. E o valor residual de todas as empresas que foram estudadas é zero, devido a apuração do valor residual ser transferido para o ativo financeiro.

Referente ao valor dos ativos intangíveis reconhecidos no período, no ano de 2013 duas empresas não divulgaram essa informação, sendo uma empresa de geração e uma de geração, transmissão e distribuição. Nos demais anos do estudo uma empresa de geração e uma de transmissão não evidenciaram o valor reconhecido.

Quando ao item analisado amortização acumulada, no ano de 2013 e 2014 oito empresas não divulgaram a informação (duas de cada atividade). No ano de 2015 e 2016 nove empresas não divulgaram (três de geração, duas de transmissão, duas de distribuição e duas de geração, transmissão e distribuição). Para demonstrar os resultados alcançados através das coletas, foi elaborado um *ranking* desconsiderando os itens que não se aplicam a empresa, onde o percentual de evidenciação foi calculado através da média dos quatro anos estudados, conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8: *Ranking* de evidenciação

EMPRESAS QUE MAIS EVIDENCIAM	%	EMPRESAS QUE MENOS EVIDENCIAM	%
CPFL Energias Renováveis S.A	100%	Termopernambuco S.A	0,0%
Cia Energética de Pernambuco	100%	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A	45,5%
Cemig Distribuição S.A	100%	Statkraft Energias Renováveis S.A	63,6%
Cia Eletricidade Est. Da Bahia	100%	Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	70,0%
Cia Paulista de Força e Luz	100%	Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet	72,7%
Cia Piratininga de Força e Lux	100%	Aes Tiete Energia S.A	81,8%
Elektro Redes S.A	100%	Cia Estadual de distrib. Ener. Elet,	81,8%
Energisa Mato Grosso Dist De Energia	100%	Rge Sul Distribuidora De Energia S.A	81,8%
Energisa Mato Grosso Do Sul S.A.	100%	Cia Energética do Ceara	87,5%
Light Serviços De Eletricidade S.A	100%	Edp São Paulo Distribuição De Energia S.A	87,5%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram elaboração do *ranking* de evidenciação foram considerados as dez que mais evidenciaram e as dez que menos evidenciaram, porém, 13 empresas evidenciaram tudo que foi analisado, de modo que foi utilizada a proporção do ativo intangível como critério de desempate, assim, foram eliminadas as empresas Engie, Paranapanema e Cemig GT.

Para ser possível analisar a comparabilidade das informações, foi utilizado o índice H nas escolhas contábeis analisadas no aspecto de mensuração nos itens método de avaliação e teste de recuperabilidade, conforme mostra na Tabela 9. A reavaliação não foi analisada em virtude de não ter sido encontrada empresa de energia elétrica que a realizasse, respeitando a legislação brasileira.

Tabela 9: Ranking de evidenciação

Mensuração Inicial	Escolhas contábeis				Frequência				H			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Custo de Aquisição	26	25	26	26	0,684	0,657	0,666	0,666	0,518	0,483	0,492	0,492
Valor Justo	6	6	6	6	0,157	0,157	0,153	0,153				
Ambos	6	6	6	6	0,157	0,157	0,153	0,153				
Não mencionado	0	1	1	1	0	0,026	0,025	0,025				
Total de Empresas	38	38	39	39	1	1	1	1	0,518	0,483	0,492	0,492
Teste de recuperabilidade	Escolhas contábeis				Frequência				H			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Teste Realizado	30	26	26	26	0,789	0,684	0,666	0,666	0,646	0,523	0,516	0,508
Teste Não Realizado	3	4	3	4	0,078	0,105	0,076	0,102				
Não mencionado	5	8	10	9	0,131	0,21	0,256	0,23				
Total de Empresas	38	38	39	39	1	1	1	1	0,646	0,523	0,516	0,508

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9 pode-se perceber que o índice H da escolha do método de mensuração é um valor aproximado e médio nos quatro anos do estudo. No ano de 2013 a chance de duas empresas diferentes escolherem o mesmo método de mensuração dos ativos intangíveis é de 51,8%.

Quanto ao teste de recuperabilidade, o índice H é um pouco mais elevado no ano de 2013 onde as escolhas contábeis de empresas poderiam ser 64,6% iguais. Porém esse índice tem uma queda nos anos posteriores chegando em 50,8% no ano de 2016.

Pode-se perceber, conforme o índice H, que as companhias de energia elétrica, apesar de possuírem basicamente o mesmo item no intangível, as concessões, estão divididas quanto à mensuração inicial do seu intangível, de mesma forma ao realizar o teste de recuperabilidade, a probabilidade de escolher duas empresas que realizaram o teste ou não é de 50%.

Por fim, algumas empresas do segmento apesar de possuírem intangíveis, não estão evidenciando as informações, visto que o menor e maior percentual de evidenciação foi de 0% e 100%, respectivamente. Essa disparidade pode ter contribuído para o índice H médio encontrado. Conclui-se, portanto, que as companhias quanto a sua contabilidade societária, estão adotando critérios de mensuração e recuperabilidade similares, mas pela discrepância da evidenciação acabam tendo a comparabilidade prejudicada.

5 Considerações Finais

O estudo teve como objetivo verificar o nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das empresas listados na B3 no período de 2013 a 2016. Para isso, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se uma amostra de 43 empresas do segmento de energia elétrica do Brasil, onde os dados necessários para a pesquisa foram analisados através de balanços patrimoniais e notas explicativas das empresas. A análise da pesquisa foi dividida nas etapas de reconhecimento, mensuração e evidenciação. Sobre reconhecimento foi verificado que cerca de 87% das empresas que compõe a amostra inicial reconheciam ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais.

Com relação à mensuração foi identificado altas discrepâncias entre valores de ativos das empresas investigadas. O método de avaliação dos ativos que predomina é o valor de custo e, quanto ao teste de recuperabilidade, a maioria das empresas realiza anualmente. No que se refere à evidenciação dos ativos intangíveis, a classe dominante é a de licenças e concessões devido à característica do segmento. Além disso,

praticamente todas as empresas apresentam ativo intangível com vida útil definida, com exceção de uma empresa que possui ativos com vida útil indefinida.

O cálculo do nível de comparabilidade foi realizado com base em dois quesitos referentes à mensuração: método de avaliação e teste de recuperabilidade. Foram identificados valores médios nos dois critérios, um pouco mais baixo nos métodos de avaliação de um ativo intangível do que no teste de recuperabilidade. Os resultados da pesquisa foram coerentes com os da pesquisa de Doni *et al.* (2016), Souza *et al.* (2016), Reina *et al.* (2014) e Tudor e Dragu (2010), que verificaram que o nível de comparabilidade das empresas estudadas é médio.

E contrapõe a pesquisa de Avelino *et al.* (2012) que apontou que nenhuma empresa apresenta em sua totalidade os critérios analisados. A presente pesquisa encontrou 13 empresas divulgam todos os itens investigados. Do mesmo modo, os autores constataram que a informação menos divulgada foi a de vida útil dos ativos, enquanto que a presente pesquisa verificou que quase cem por cento das empresas divulgam essa informação. Sugere-se para outras pesquisas um estudo com uma amostra maior de empresas abrangendo empresas abertas e fechadas de energia elétrica. E também uma pesquisa sobre os ativos financeiros dessas empresas, tal sugestão devido à peculiaridade desse item para o segmento.

Referências

- Araújo, T., Souza, F., & Lemes, S. (2015). O impacto das escolhas contábeis na comparabilidade das demonstrações financeiras de companhias abertas com programa de fidelização de clientes. *Revista Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 5(2), 43-61. doi: <https://doi.org/10.18696/reunir.v5i2.273>
- Avelino, B. C., Pinheiro, L. E. T., & Lamounier, W. M. (2012). Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 22-45.
- Carmo, C. H. S., Ribeiro, A. M., & Carvalho, L. N. G. (2011). Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 242-262.
- Coelho, L. V., Campagnoni, M., & Rover, S. (2016, outubro). Nível de comparabilidade das práticas contábeis dos estoques de empresas do ramo varejista listadas na BM&FBOVESPA. *Anais do Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da UFRGS*, Porto Alegre, RS, Brasil, 1.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2010). *Pronunciamento Técnico CPC 04 R1*, de 05 de novembro de 2010. Ativo intangível.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011). *Pronunciamento Técnico CPC 00 R1*, de 02 de dezembro de 2011. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro.
- Colauto, R. D.; Nascimento, P. S.; Avelino, B. C.; Bispo, O. N. A. (2009) Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. *Contabilidade Vista & Revista*, 20(1) 143-169.
- Cole, V., Branson, J., & Breesch, D. (2008). An analysis of methods to measure the comparability of the consolidated financial statements of the European listed companies from the viewpoint of user. *Accountancy & Bedrijfskunde*, 28(3), 1-31.
- Cole, V., Branson, J., & Breesch, D. (2009). How to measure the comparability of financial statements?. *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 1(4), 379-397.
- Decreto nº 8.671 de 26 de fevereiro de 1957. (1957). Regulamenta os serviços de energia elétrica. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro.
- Doni, F., Taplin, R. H., & Verona, R. (2016). Comparability of company accounts using IFRS and US GAAP: Empirical evidence of European and US Financial Statements. *International Journal of Business and Management*, 11(12), 54-76.
- Eckert, A., Mecca, M., Biasio, R., & Souza, K. (2012). Normas contábeis de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado: impacto em empresas de bens industriais gaúchas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 4(2). doi: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v4i2.26574>
- Ferreira, G. D., Carmo, C. H. S., Moura, P. J. P., & Ribeiro, A. M. (2017, Julho). Value Relevance de Ativos Intangíveis: Uma Análise nas Empresas do Setor de Energia Elétrica da Bolsa Brasileira. *Anais USP International Conference In Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, 17.

- Franco, G., Kothari, S. P., & Verdi, R. S. (2011). The benefits of financial statement comparability. *Journal of Accounting Research*, 49(4), 895-931.
- Høegh-Krohn, N. E. J., & Knivsfå, K. H. (2000). Accounting for intangible assets in Scandinavia, the UK, the US, and by the IASC: Challenges and a solution. *The International Journal of Accounting*, 35(2), 243-265.
- IFRS Foundation (2017). *Pocket Guide to IFRS® Standards: the global financial reporting language*. 216.
- Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. (1976). Sociedades por ações. Diário Oficial da União, Brasília.
- Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007. (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília.
- Lei n. 11.941 de 27 de maio de 2009. (2009). Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
- Kayo, E., Kimura, H., Martin, D., & Nakamura, W. (2006). Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(3), 73-90. doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000300005>
- Kloppel, N.; Klann, R. C.; Zittei, M. V. M. (2013). Ativos intangíveis: reconhecimento em empresas de utilidade pública listadas na BM&FBovespa. *Revista de Estudos Contábeis*, 4(7), 98-115.
- Kohler, E. L. (1957). *Dictionary for accountants*. New York: Prentice-Hall.
- Moura, G. D., Fank, O. L., & Varela, P. S. (2012). Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(1), 17-32.
- Perez, M. M.; Famá, R. (2016). Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade & Finanças*, 17(40), 07-24.
- Reina, D. R. M., Reina, D., & Silva, S. F. (2014). Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(23), 77-94.
- Santos, J. (2015). Evidências dos ativos intangíveis no contexto brasileiro: representatividade, caracterização, percepção de mercado e desempenho. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 7(3). doi: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v7i3.38931>
- Souza, F. Ê. A., Botinha, R. A., & Lemes, S. (2016). A Comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração de ativos intangíveis de companhias abertas brasileiras e portuguesas. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 15(3), 1117-1142.
- Scalzer, R. S. (2013, julho). A adoção do ICPC01 e os impactos nas demonstrações contábeis: um estudo de caso na Light SESA. *Anais do Congresso USP – Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 13.
- Souza, F. Ê. A., & Lemes, S. (2016). A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(71), 169-184. Epub May 20, 2016. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201501480>
- Taplin, R. H. (2004). A unified approach to the measurement of international accounting harmony. *Accounting and Business Research*, 34(1), 57-73.
- Tavares, A. L., Gonçalves, R. S., & Niyama, J. K. (2010). Heritage assets: uma análise comparativa das normas emanadas do FASB, ASB e CFC. *ASAA – Advances in Scientific and Applied Accounting*, 3(1), 65-89.
- Tudor, A. T., & Dragu, I. M. (2010). Impact of International Financial Reporting Standards on accounting practices harmonization within European Union-particular case of intangible assets. *Annales Universitatis Apulensis: Series Oeconomica*, 12(1), 191-206.
- Van der Tas, L. G. (1988). Measuring harmonisation of financial reporting practice. *Accounting and business research*, 18(70), 157-169.

DADOS DAS AUTORAS

Ana Karoline Ventura

Bacharela em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Santa Catarina

Endereço: Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Trindade

CEP: 88040-900 – Florianópolis/SC - Brasil

E-mail: anakventura@gmail.com

Telefone: (48) 99642-1736

Juliane Pacheco

Mestre em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade na UFSC.

Doutoranda em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade na UFSC.

Endereço: Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Trindade

CEP: 88040-900 – Florianópolis/SC - Brasil

E-mail: pac.juliane@gmail.com

Telefone: (48) 98826-4799

Suliani Rover

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo

Professora do Departamento de Ciências Contábeis e do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Endereço: Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Trindade

CEP: 88040-900 – Florianópolis/SC - Brasil

E-mail: sulianirover@gmail.com

Telefone: (48) 3721-3892

Contribuição das Autoras:

Contribuição	Ana Karoline Ventura	Juliane Pacheco	Suliani Rover
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	√		√
2. Definição do problema de pesquisa	√		√
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	√		√
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)			
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	√	√	√
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	√		√
7. Processo de coleta de dados	√		
8. Análises estatísticas	√		
9. Análises e interpretações dos dados coletados	√	√	
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	√	√	√
11. Revisão crítica do manuscrito		√	√
12. Redação do manuscrito	√	√	√